

Desvio de subvenções chegou a 64%

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — O relatório da CPI o Orçamento, que deverá ser divulgado no final da semana, apresentará ao País um retrato estarrecedor da fraude na distribuição de verbas sociais. Pelos números da CPI, nada menos que 64% das subvenções do Ministério do Bem-Estar Social em 1992 se perderam nos labirintos da corrupção.

Dos US\$ 23,5 milhões liberados no último ano do governo Collor, US\$ 15,3 milhões foram transferidos para associações particulares e prefeituras controladas pelo es-

quema de manipulação do Orçamento. A pedido da CPI, o Tribunal de Contas da União auditou 75 desses repasses de subvenções e constatou irregularidades em 74. O mesmo relatório vai revelar outras vergonhosas distorções: entidades consideradas idôneas, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e Sociedade Pestalozzi — que atendem crianças carentes portadoras de deficiências —, e as Santas Casas de Misericórdia obtiveram juntas em 1992 pouco mais de US\$ 500 mil do Bem-Estar Social — apenas 2% das liberações.

A subcomissão já identificou que, em 1992, pelo menos US\$ 13 milhões se destinaram ao esquema do deputado João Alves (sem partido-BA). Houve ainda grande desvio de recursos para entidades fantasmas ou particulares comandados pelos deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Fábio Ravnheitti (PTB-RJ), Carlos Benevides (PMDB-CE) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Dos US\$ 23,5 milhões retirados dos cofres públicos em 1992, US\$ 22 milhões foram pagos pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), à época ministro da Ação Social.